



## Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim

Vol. 8 nº.1

Novembro de 2007 – Janeiro de 2008

*As divergências continuam nas negociações da OMC*

[www.igtn.org](http://www.igtn.org)

### NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

**Continuam as negociações: Persistem as divergências.** Mariarosaria Iorio, Coordenadora da IGTN Genebra.  
**Pensamentos sobre o Sistema Multilateral do Comércio.** Graciela Rodriguez, Coordenadora Global da IGTN.

### A EFETIVIDADE DE AJUDA

**Notícias sobre o processo da Efetividade de Ajuda.** Nerea Craviotto – ponto focal da IGTN na Europa-WIDE.

### NOTÍCIAS DA UNCTAD

**Comentários da IGTN sobre o texto de negociação para a UNCTAD XII.** Mariarosaria Iorio.

### DESFLORESTAMENTO DA AMAZÔNIA

**O desflorestamento da Amazônia expõe a insustentabilidade do modelo agro-exportador.** Rebrip.

### RECURSOS DO GÊNERO E DO COMÉRCIO

### A IGTN EM AÇÃO!

### NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

**Continuam as negociações: persistem as divergências.** Mariarosaria Iorio, coordenadora da IGTN Genebra.

#### O que tem acontecido desde setembro de 2007?

Desde que circularam os esboços para as modalidades em julho de 2007, e desde que foram retomadas as conversas em 3 de setembro, as consultas entre os Presidentes dos Comitês de Negociação continuaram, assim como as próprias negociações entre os membros. As reuniões da Sala E<sup>1</sup> (verde)

foram retomadas em 3 de janeiro. Espera-se que os Presidentes dos comitês apresentem novos textos para as modalidades nas próximas semanas.

O Presidente do Comitê de Negociação para a Agricultura, Embaixador Falconer, apresentou documentos de trabalho sobre várias questões, a saber: acesso a mercados para os membros recém ingressados, produtos especiais, salvaguardas agrícolas especiais, quotas tarifárias, simplificação tarifária, aumento tarifário, produtos sensíveis, fórmula escalonada para reduções

<sup>1</sup>As delegações que participam das reuniões na sala verde são: Costa do Marfim, que substituiu Uganda enquanto representante do Grupo Africano para 2008; Chade, representando o Algodão-4 até que Benim obtenha um novo embaixador. Por ora, há 37 delegações na Sala E em lugar das 36 de sempre: Argentina (Grupo de Cairns, G-20), Austrália (coordenador do Grupo de Cairns), Benim (Algodão-4, Grupo Africano, menos desenvolvimento, África-Caribe-Pacífico), Brasil (coordenador do G-20, também Cairns), Canadá (Cairns), Chade (coordenador do Algodão-4, também do Grupo Africano, menos desenvolvidos, ACP), China (G-33, G-20, novo membro recente), Colômbia (Cairns, grupo de produtos tropicais), Costa Rica (coordenador dos produtos tropicais, também de Cairns), Costa do Marfim (coordenador do Grupo Africano, também ACP), Cuba (G-33, economias pequenas e vulneráveis), República

Dominicana (coordenador das economias pequenas e vulneráveis, também G-33), Equador (produtos tropicais, novo membro recente), Egito (G-20, Grupo Africano), UE, Índia (G-33, G-20), Indonésia (coordenador do G-33, também G-20, Cairns), Jamaica (coordenador do ACP, também G-33, economias pequenas e vulneráveis), Japão (G-10), Quênia (G-33, Grupo Africano, ACP), República da Coreia (G-33, G-10), Lesoto (coordenador dos países menos desenvolvidos, também do Grupo Africano, ACP), Maurício (G-33, ACP, Grupo Africano), Malásia (Cairns), México (G-20), Nova Zelândia (Cairns), Noruega (G-10), Paquistão (Cairns, G-20, G-33), Paraguai (Cairns, G-20, produtos tropicais, economias pequenas e vulneráveis), Filipinas (G-33, G-20, Cairns), Suíça (coordenador do G-10), Taipei Continental (coordenador dos novos membros recentes, também do G-10), Tailândia (Cairns, G-20), Turquia (G-33), Uruguai (Cairns, G-20), EUA, Venezuela (G-33, G-20).

tarifárias, caixa azul, *de minimis*<sup>2</sup>, conjunto final de Medidas Agregadas de Apoio (MAA)<sup>3</sup>: uma fórmula escalonada, redução geral do apoio doméstico que causa distorção do comércio; uma fórmula escalonada, principais provisões sobre competição na exportação, finanças da exportação<sup>4</sup>.

Continua havendo divergências significativas em várias questões. Os cortes tarifários e o apoio doméstico não serão resolvidos enquanto os membros não compararem o acordo proposto para a agricultura com outras questões em negociação, particularmente o Acesso a Mercados Não Agrícolas (NAMA, sigla do termo em inglês).

O Presidente do Comitê, Embaixador Falconer, ficou de apresentar um esboço de texto durante a semana do dia 21, e de entregar um novo texto de modalidades até o início de fevereiro.

#### **Quais as questões polêmicas agora?**

Neste momento, as questões específicas discutidas<sup>5</sup> na agricultura podem ser resumidas da seguinte forma:

. A caixa âmbar e a caixa azul e o *de minimis*, tais como o tratamento especial para países em desenvolvimento, o tempo para implementação dos cortes e o *de minimis*;

. Também estão em discussão aspectos técnicos relativos à caixa azul<sup>6</sup>. As decisões

políticas ficam para um estágio posterior do processo;

. Uma das questões trazidas à baila é o algodão que está ligado ao apoio da UE à sua produção por alguns de seus estados-membros conforme requerem seus tratados e as disposições da OMC;

. Sobre o acesso a mercados, permanecem algumas diferenças quanto às tarifas sobre quantidades importadas limitadas a uma quota, ou quanto à necessidade de se ter um mecanismo para esse fim dentro das quotas preenchidas;

. Continua polêmica a questão dos produtos especiais, pois referem-se a produtos que poderão ter maior proteção dentro da segurança alimentar, da segurança do sustento e do desenvolvimento rural, e produtos tropicais *versus* produtos de preferências de longo prazo;

. Não houve mudança de posição com relação ao mecanismo especial de salvaguarda;

. Persistem ainda posições divergentes em relação à venda *monetizada* de ajuda alimentar não monetária (*in-kind*) para angariar verbas para o transporte de alimento, fornecendo insumos agrícolas ou outros meios quando a ajuda não for para emergências.

#### **O que deve ser observado?**

Para os países em Desenvolvimento e os Países Menos Desenvolvidos (LDCs; sigla do termo em inglês), a agricultura continua sendo o eixo em torno do qual se jogará o destino da Rodada do Desenvolvimento de Doha.

O processo continua sendo monitorado para assegurar que não sejam prejudicados os esforços feitos pelas coalizões daqueles. Os Membros podem se deslocar dentro do modo *horizontal* de negociações na intenção de calcular concessões e ganhos de forma mais abrangente, ou seja, comparando as concessões na agricultura com os cortes tarifários do em NAMA.

---

<sup>2</sup>Quantidade mínima de apoio causador de distorções do comércio que os Membros podem usar.

<sup>3</sup>Tratam-se do nível anual de suporte expresso em termos monetários, propiciado para um produto agrícola em favor dos produtores do produto agrícola básico ou apoio desvinculado de um produto específico propiciado em favor de produtores agrícolas em geral, que não o apoio propiciado dentro de programas que se qualificam como isentos de redução conforme o Anexo 2 do AoA. Para obter maiores detalhes, queira ver o Artigo I do AoA sobre a Definição de Termos.

<sup>4</sup>Os textos completos se encontram em: [www.wto.org/english/tratop\\_e/agric\\_e/chair\\_workdoc\\_nov07\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/chair_workdoc_nov07_e.htm).

<sup>5</sup>O apoio doméstico e os subsídios à exportação continuam sobre a mesa. As questões mencionadas nesta sessão são os que foram discutidos em 11 de janeiro de 2008.

---

<sup>6</sup>A Caixa Azul contém disciplinas sobre o apoio causador de distorções no comércio cujos efeitos sobre a produção e os preços são restritos.

Nesse estágio, os Membros se concentram nos aspectos técnicos do processo de negociação, deixando a parte política para um estágio posterior que deverá ter como base deverão se basear em números e realidades factuais. Trata-se de um momento crucial para as negociações, e deve ser analisado no contexto da dinâmica geopolítica mais ampla da economia mundial, inclusive dos acordos regionais e bilaterais.

É preciso assegurar que os esforços e as coalizões dos países em desenvolvimento e dos LDCs que lutam no nível multilateral para re-equilibrar as atuais regras do comércio não sejam prejudicados pelos acordos que limitam ainda mais a sua alavancagem nas negociações.

O componente Desenvolvimento na Rodada de Doha não é apenas um interesse econômico, mas também uma ferramenta indispensável para a paz social no mundo.

Versão original disponível em:  
[www.igtn.org/page/796](http://www.igtn.org/page/796)

---

### **Pensamentos sobre o Sistema Multilateral do Comércio. Graciela Rodriguez, Coordenadora Global da IGTN. Janeiro de 2008.**

Uma breve análise da atual situação das negociações da OMC mostra que elas andam travadas há muito tempo.

A bem da verdade, as negociações não avançaram em nada desde a Reunião Ministerial de Doha em 2001, quando foi aprovado o início da “Rodada do Desenvolvimento”. As negociações que deveriam abrir caminho para o almejado “desenvolvimento” não aconteceram; ainda estão bloqueadas, repetindo basicamente o conflito surgido na Reunião Ministerial de Cancun, em 2003.

Naquela ocasião, a recusa dos países mais pobres em assinar compromissos de uma maior liberalização de mercados sem conseguirem em troca avanços significativos nas negociações relativas à agricultura levou a reunião a se encerrar sem quaisquer acordos, situação novamente observada, ainda que em escala menos crítica, na Reunião Ministerial de Hong Kong em 2005, quando chegou-se a um acordo mais formal

para que não fosse reconhecido o fracasso da negociação. Embora as negociações tenham continuado nos últimos dois anos, tendo sido adotado um método de barganha de ganhos improváveis na esfera do AoA - Acordo de Agricultura em troca de importantes concessões no em NAMA - Acesso a Mercados de Produtos Não-Agrícolas e nos Serviços. Chegamos ao fim de 2007 sem quaisquer acordos, e o adiamento da próxima Reunião Ministerial mostra isso claramente.

Já que um acordo razoável para todos os países não tem sido possível (“é melhor não ter acordo do que ter um mau acordo”), tal falta poderia nos levar a pensar que estamos ganhando esta batalha e que a agenda da liberalização está ficando mais curta e mais lenta.

Mas isso não é verdade: o que acontece é que o “livre comércio” está se expandindo continuamente. Ainda estão sendo negociados acordos, por mais limitados que sejam a certos grupos de países, naquilo que se conhece por negociações bilaterais ou sub-regionais, que por sua vez, avançam rápida e incisivamente.

A complexidade e lentidão das negociações da OMC vêm acelerando essa “estratégia mista” adotada por alguns países do Norte, resultando numa proliferação de acordos e investimentos comerciais em países do Sul. Tais acordos tipo das “Área de Livre Comércio de segunda geração” incluem temas que pertencem a uma agenda “*OMC-plus*”, no sentido de que avançam em questões que não foram negociadas ou sequer foram apresentadas no nível multilateral.

Cada região tem plena ciência do avanço dessas propostas de acordos com vários países e blocos, lideradas basicamente pelos EUA, pela União Européia ou pelo Japão, como os EPAs - Acordos de Parceria Econômica - ou o ASPAN - Associação para a Segurança e Prosperidade da América do Norte, que aprofundam a NAFTA e incluem aspectos relativos a segurança e a leis anti-terrorismo, dentre outros...

Ao mesmo tempo, esses tipos de acordos regionais vêm sendo cada vez mais criticados por vários setores.

Na reunião da Ajuda para o Comércio em Lima, Lamy fez críticas à rodada (na referência original, "Spaghetti bowl"), pelos efeitos sistêmicos negativos de uma luta desordenada, ou seja, luta que não é travada dentro do âmbito das regras multilaterais, com a proliferação de acordos que também são discriminatórios segundo o princípio da "nação mais favorecida". Stiglitz chama os acordos bilaterais de "acordos vantajosos", acrescentando que têm sido um desastre para os países em desenvolvimento e para o sistema global do comércio. De qualquer forma, ele destaca que não existe barganha com os EUA, muito menos com o governo Bush; portanto, os países sairão sempre perdendo nesses acordos fechados com os EUA. Também destaca que tais acordos acabam com o princípio da não-discriminação e, finalmente, argumenta que têm sido um fracasso para a soberania nacional desses países. ("A questão não são os acordos, mas as vantagens...").

Por outro lado, os movimentos sociais de várias regiões também empreendem uma luta forte e acirrada contra tais acordos, como é o caso do plebiscito recém realizado na Costa Rica, onde o governo e a embaixada norte-americana ameaçaram e amedrontaram a população de várias formas, para que o povo votasse a favor do acordo.

Embora os acordos regionais nem sempre vão contra os interesses da população, aqueles fechados sob a iniciativa e pressão de países mais industrializados e poderosos estão na verdade atendendo mais aos interesses das suas empresas multinacionais do que aos interesses de um modelo de desenvolvimento independente para os países menos desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, sabemos que a OMC não é uma estrutura neutra, pois nasceu dentro do arcabouço neoliberal, instituição voltada para estimular o livre comércio em nível global. E até o momento, o livre comércio não tem se mostrado como o instrumento adequado para a promoção do desenvolvimento dos países mais pobres, nem para reduzir as desigualdades entre

alguns países e outros, inclusive dentro de muitos países. Na verdade, ele em geral ajuda a aprofundar as desigualdades, tal como é observado em estudos que têm a perspectiva de gênero. A liberalização se orienta por uma preferência por salários menores para as mulheres, reforçando os hiatos salariais entre homens e mulheres.

Também reconhecemos que a pauta da Organização Mundial do Comércio - OMC é enorme, e que grande parte dos seus itens sequer se refere ao comércio. É o caso da agricultura familiar ou da propriedade intelectual que, segundo vários autores, não deveriam estar incluídos nas negociações. Essa enormidade é um dos aspectos que determinam o poder cada vez maior da OMC na esfera multilateral, gerando propostas no seio dos movimentos sociais que enfatizam a necessidade de interromper ou descarrilar a sua agenda.

Portanto, "parece claro que existe uma ampla e profunda crise de legitimidade na agenda de privatização da OMC. A Organização Mundial do Comércio sempre foi vista como uma poderosa instituição global do neoliberalismo, a instância aonde os governos dos países vêm suas opções liberalizantes se transformarem em compromissos e ficam sujeitos a sanções severas caso os descumpram. Assim sendo, esta crise espelha exatamente a crise das idéias neoliberais, que dominaram o debate político da década de 1990; entretanto, no início do século XXI, mostra sinais do colapso da hegemonia, especialmente na América Latina"<sup>7</sup>.

Por todas as razões brevemente descritas e levando-se em conta a parada das negociações multilaterais, consideramos importante refletir sobre o sistema multilateral de comércio.

Surgem todos os dias dentro dos movimentos sociais mais questões sobre o tipo de estrutura ou mecanismo multilateral que o mundo precisa. *Será que a OMC é o único espaço multilateral possível? O momento*

---

<sup>7</sup> REBRIP (Rede Brasileira para a Integração dos Povos) Assembléia realizada em outubro de 2007.

*seria propício para tirar proveito da crise da Rodada de Doha de forma a repensarmos o atual Sistema de Comércio e suas instituições? Qual seria projeto de Governança Global mais conveniente para o desenvolvimento sustentável no âmbito mundial?*

Outra questão, a do aquecimento global, nos faz repensar a diminuição do fluxo global de comércio com a perspectiva de reduzir a circulação de bens e, portanto, reduzir os fluxos de comércio devido ao consumo de energia necessário.

É essa a razão da importância de se aproveitar o momento para avançar o debate em torno de alternativas ao atual sistema global de comércio, construindo um conjunto de problemas a serem enfrentados, que vão desde questionar a idéia de que o multilateralismo seria um sinônimo da OMC, à discussão do papel, tamanho e natureza do comércio internacional para se formular um modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade e na soberania dos povos, que leve em conta as imensas desigualdades econômicas e sociais.

## A EFETIVIDADE DA AJUDA

**Notícias sobre o processo da efetividade de ajuda. Nerea Craviotto – WIDE. Dezembro de 2007.**

Durante a última reunião do Grupo de Trabalho sobre Efetividade de Ajuda (GTEA) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE e o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento CAD) em novembro, alguns avanços foram feitos na agenda para o Fórum de Alto Nível de Acra, a ser realizado em setembro de 2008. Os países em desenvolvimento apresentaram suas seis principais prioridades, que parecem ter sido aceitas pelos doadores: condicionalidade, desenvolvimento de capacidade, incentivos para as agências doadoras, divisão do trabalho, previsibilidade e desvinculação do auxílio. Entretanto, a última Reunião de Nível Sênior do CAD reconheceu que é improvável

haver um progresso significativo em torno de algumas dessas questões (mais concretamente na previsibilidade, divisão do trabalho, incentivos ou desvinculação do auxílio) sem a “resolução política de alto nível por parte dos países da OCDE”.

O relatório desta Reunião faz um apanhado mais profundo do processo na preparação para Acra: “toda uma gama de consultas vai servir para abalizar o processo do diálogo em Acra e para alimentar sua Agenda para Ação. Incluem-se aí eventos preparatórios de âmbito regional com países parceiros, consultas junto a organizações da sociedade civil, o Fórum Global para o Desenvolvimento e consultas aos doadores no CAD. Ao mesmo tempo, o GTEA e as várias Mesas Redondas que compõem o Fórum de Alto Nível estarão funcionando no sentido de identificar algumas ações concretas que irão acelerar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris”.

Quanto à estrutura do III Fórum de Alto Nível (III FAM), ministros e os altos escalões de mais de 150 países estarão envolvidos, inclusive chefes de instituições multilaterais e organizações da sociedade civil, somando 800 participantes no total. A reunião será realizada no Centro de Conferências Internacionais de Acra. “Os 2 primeiros dias vão se concentrar primordialmente nas discussões em torno dos prestadores de ajuda, que incluirão uma série de 9 mesas redondas. O último dia será o próprio III FAM, no qual os chefes de agências, ministros e outras autoridades dos escalões superiores vão discutir uma quantidade limitada de questões-chave, visando a negociação e endosso da Agenda de Acra para Ação”. Além disso, durante os 3 dias haverá um “mercado aberto” do conhecimento e das tidas melhores práticas.

A WIDE, ponto focal da IGTN na Europa, está decepcionada com os assuntos identificados para as mesas redondas, pois nenhum deles vai se concentrar nos aspectos da igualdade de gênero ou nas questões transversais (direitos humanos, igualdade de gênero e meio ambiente), apesar da pressão exercida por organizações de direitos das mulheres, da sociedade civil e de militantes de gênero dentro das agências. As mesas redondas

identificadas pela WIDE até o momento são: 1) propriedade; 2) alinhamento; 3) harmonização; 4) responsabilização mútua e gestão por resultados; 5) sociedade civil e eficácia da ajuda; 6) setores (infra-estruturas, saúde, educação etc.); e 7) Estados frágeis. Parece que questões transversais serão enfatizadas nos Termos de Referência de cada uma das mesas redondas.

Com relação às organizações da sociedade civil, o grupo de assessoria sobre a Sociedade Civil e a Eficácia da Ajuda, montado pelo GTEA (com seus membros e membros da sociedade civil), está implementando consultas no nível nacional, regional e internacional, de forma a engajar Ongs no processo. Até o momento, já aconteceram os seguintes eventos: a) cinco reuniões regionais de consulta a várias partes interessadas, mais uma sessão de fechamento e uma reunião de Ongs Norte-Sul, entre outubro e novembro de 2007; b) reuniões nacionais, antes e depois das consultas regionais.

O próximo evento de porte será uma reunião de várias partes interessadas sobre a sociedade civil e a eficácia de ajuda, a ser realizada em Ottawa, Canadá, de 3 a 6 de fevereiro. A participação nessa reunião está condicionada à participação nas consultas nacional e regional. O Conselho canadense para a Cooperação Internacional está coordenando a atividade. A meta desse fórum é promover o diálogo sobre questões relacionadas com as Ongs e com a eficácia da Ajuda, estimular uma melhor compreensão das questões e apoiar a preparação de uma possível contribuição para o III FAM de Acra.

### **Mais notícias sobre o processo da Efetividade de Ajuda: Consulta Internacional de Organizações e Redes de Mulheres. Marta Lago – IGTN. Janeiro-Fevereiro de 2008.**

Diante da pequena participação de organizações e redes de direitos das mulheres durante as consultas da sociedade civil conduzidas pelo Conselho da Sociedade Civil, a AWID e WIDE realizaram uma Consulta Internacional com Organizações e Redes de Mulheres de várias partes do

mundo envolvidas no acompanhamento do processo de Efetividade de Ajuda. A consulta contou com o apoio da UNIFEM e da CIDA (Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional) e ocorreu de 31 de janeiro a 1º de fevereiro em Ottawa, Canadá, seguida de uma reunião estratégica, no dia 02 de fevereiro para definir os próximos passos rumo à Acra. O evento contou com mesas durante a parte da manhã, onde as participantes puderam aprofundar os temas relacionados ao processo de Efetividade de Ajuda; na parte da tarde foram formados 3 grupos de trabalhos temáticos (Democracia e Desenvolvimento; Efetividade do Desenvolvimento, *Accountability* e Direitos Humanos; Participação das Organizações e Redes de Direitos das Mulheres no processo de Efetividade de Ajuda), para produzir uma série de recomendações no sentido de fortalecer a igualdade de gênero e os direitos das mulheres no processo. As recomendações foram levadas à reunião oficial, ocorrida entre 3 a 6 de fevereiro, na mesma cidade, reunindo representantes de governos doadores e recebedores e da sociedade civil.

### **NOTÍCIAS DA UNCTAD**

#### **Comentários da IGTN sobre o texto de negociação para a UNCTAD XII. Mariarosaria Iorio, coordenadora da IGTN Genebra. Janeiro de 2008.**

A IGTN teceu comentários sobre 4 questões específicas que foram trazidas à baila no texto de negociação dentro do sub-tema 1: *Aprimorando a Coerência em todos os níveis para o desenvolvimento econômico sustentável e a redução da pobreza na formulação global de políticas, inclusive a contribuição das posturas regionais.*

Os dois primeiros pontos estão relacionados com a análise das políticas; os outros dois, com as respostas das políticas.

A primeira questão se relaciona com a análise das políticas conforme apresentada no texto de negociação. Particularmente com a declaração de que: *nas duas últimas décadas, as agendas nacionais de reforma via de regra se apoiaram nas forças do mercado para atingir uma alocação de*

*recursos mais eficiente* tanto em nível nacional quanto internacional (7º parágrafo do texto).

A IGTN destacou que, em nível global, os eventos recentes na economia mundial continuam a provar que as forças do mercado podem prejudicar a coesão social e as relações de gênero, ao mesmo tempo em que resultam numa maior instabilidade econômica e social nos níveis nacionais.

O segundo ponto está relacionado com a integração regional e as iniciativas de cooperação. Embora os países em desenvolvimento e os LDCs (Países Menos Desenvolvidos) estejam empreendendo várias coalizões e processos numa tentativa de reequilibrar as regras do comércio internacional atualmente em vigor dentro da Rodada do Desenvolvimento de Doha, muitos Acordos Comerciais Regionais (RTAs) e Bilaterais criaram inconsistências jurídicas internacionais, foram além dos compromissos da OMC e incluem questões que foram rejeitadas no sistema multilateral de comércio, e assim atrapalharam o processo de construção de uma solidariedade global.

Os países em desenvolvimento precisavam contar com melhor representação nos processos decisórios das instituições financeiras. A falta de representação condizente levou a posturas e políticas de desenvolvimento criadas pelos mais fortes e impostas aos mais fracos, e levanta as seguintes questões: *Quem decidiu? Quem implementou? E quem teve de conviver com a implementação de decisões tomadas por uns poucos?*

A Ajuda para o Comércio\* foi um claro exemplo do que precisou ser mantido em separado de outros planos e financiamentos para o desenvolvimento. Faziam-se fundamentais critérios objetivos para o monitoramento e avaliação de forma a assegurar que as necessidades relacionadas ao comércio fossem identificadas pelos países em desenvolvimento e pelos LDCs para que eles pudessem fortalecer sua capacidade produtiva e exportadora em tempo hábil. A IGTN estava preparada para contribuir com as reflexões nesta área.

\*O *working paper* da IGTN intitulado “A Agenda de Doha para o Desenvolvimento e a Ajuda ao

Comércio – encontrando o elo político” encontra-se disponível em inglês no endereço: [www.igtn.org/page/703](http://www.igtn.org/page/703) e vertido para o espanhol em [www.igtn.org/page/736](http://www.igtn.org/page/736).

Para obter cópias impressas, entre em contato com: [secretariat@igtn.org](mailto:secretariat@igtn.org)

## DESFLORESTAMENTO DA AMAZÔNIA

**O desflorestamento da Amazônia expõe a insustentabilidade do modelo agro-exportador. REBRIP, Rede Brasileira para a Integração dos Povos. Janeiro de 2008.**

O aumento recorde na destruição da floresta tropical amazônica nos últimos quatro meses nos força a identificar os setores responsáveis e procurar respostas. Quatro anos depois de comemarmos uma queda nos níveis de desflorestamento, esta notícia dramática nos atinge com muita amargura.

Quando este retrocesso foi anunciado, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim participava do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, onde propunha a retomada da Rodada de Doha na OMC e renovava a intenção brasileira de expandir o acesso da sua produção agrícola a mercados internacionais. Essa prioridade central nas políticas estrangeiras do país tem sido reforçada pela tentativa de consolidar a posição do Brasil enquanto um dos principais fornecedores de bioenergia do mundo, acompanhada de promessas altamente volúveis e questionáveis de que isso não terá impacto negativo algum sobre a Amazônia.

A mídia tem dado ampla cobertura às divergências dentro do governo brasileiro com relação à responsabilidade por esse desmatamento: agricultura de grande escala, pecuária, extração madeireira ou falta de fiscalização local adequada. De fato, como bem se sabe, essas causas estão todas interconectadas: as madeiras chegam primeiro, retiram a cobertura de floresta e deixam a terra limpa para a exploração pecuária e as plantações de soja e outras monoculturas, como a da cana-de-açúcar para a produção do etanol. Ao mesmo tempo, a imprensa vem destacando a ineficácia das políticas públicas para controlar as forças do mercado, expondo a intenção do governo

federal em permitir a “produtividade a todo custo” e que o agronegócio venha direcionar o desenvolvimento do país.

A perda de sete mil quilômetros quadrados de floresta tropical na segunda metade de 2007 é demonstração clara das conseqüências de um modelo de crescimento econômico baseado na monocultura que parece atingir níveis recorde de exportação de soja, carne e outros produtos agrícolas numa época de pico de preços no mercado internacional.

## RECURSOS DO GÊNERO E DO COMÉRCIO

### Iniciativas Bilaterais e Regionais de Livre Comércio: *questões políticas e setoriais*. Mariarosaria Iorio. Outubro de 2007.

Lançado novo documento de trabalho temático da IGTT. número destaca questões sistêmicas e jurídicas sobre o novo regionalismo, tanto do ponto de vista da coerência, como também sob a ótica do desenvolvimento na perspectiva de gênero.



As diretrizes políticas que respaldam o discurso econômico oficial sobre desenvolvimento e integração dos países em desenvolvimento no sistema de comércio mundial enquanto uma forma de desenvolvimento ilustram a temática enfocada.

Versão virtual disponível em inglês: [www.igtt.org/page/797](http://www.igtt.org/page/797); logo também em espanhol. Para solicitar cópias impressas escrever para: [secretariat@igtt.org](mailto:secretariat@igtt.org)

### Estudos de caso sobre o empoderamento das mulheres.

A IGTT Europa, WIDE, acaba de lançar sete estudos de caso produzidos sob a coordenação de Bénédicte Allaert, Gerente do Programa de Capacitação e Coordenadora do Projeto de Alfabetização Econômica 2003-2007 da WIDE.

Preparado originalmente no arcabouço do projeto de alfabetização econômica da WIDE enquanto ferramenta para uso no contexto de oficinas de capacitação, o conjunto destaca algumas lutas e iniciativas lideradas por mulheres hoje na Ásia,

Oriente Médio, América Latina, Caribe, África, Europa Oriental e UE.

Essas experiências revelam como as mulheres, através dessas iniciativas, têm se assumido em diversos níveis. Mostram também como, às vezes, iniciativas espontâneas abrem caminho para maior igualdade e justiça social.

Os estudos de caso podem ser encontrados em:

[www.igtt.org/page/economic](http://www.igtt.org/page/economic)

### Quem decide? Mapeamento do gênero nas políticas e no processo decisório da UE nas áreas do desenvolvimento, das relações exteriores e do comércio.



A publicação do ponto focal europeu da (WIDE) fornece uma análise do papel que instituições fundamentais da UE, o Conselho de Ministros, a CE, as Delegações da CE e o Parlamento Europeu desempenham na definição das prioridades normativas nas áreas do desenvolvimento, das relações exteriores e do comércio.

Esta publicação está em: [www.igtt.org/page/784](http://www.igtt.org/page/784)

## A IGTT EM AÇÃO!

### Acordos de livre comércio bilaterais e regionais com a UE – *trazendo as mulheres para o centro do debate*. Marilyn Thomson, Rede Centro-americana de Mulheres – CAWN UK

Em fins de novembro, a WIDE realizou uma intensiva e bem-sucedida consulta de um dia sobre “Acordos de livre comércio bilaterais e regionais na EU: Trazendo as mulheres para o centro do debate” entre mais de 60 representantes de organizações da sociedade civil, inclusive membros da WIDE, acadêmicos, pesquisadores, ativistas de organizações da sociedade civil e representantes da Comissão Europeia (CE), Diretoria Geral (DG) do Comércio e da iniciativa privada em Bruxelas. A consulta visava aumentar a compreensão do relacionamento entre gênero e comércio, para propiciar um espaço para reflexões e debates críticos sobre as oportunidades, desafios, estratégias e as diferentes opções políticas com relação à liberalização do comércio com um enfoque de gênero.

Diante de uma improvável conclusão das negociações da Organização Mundial do Comércio antes do fim de 2008, a atenção da UE tem se voltado cada vez mais para concluir uma nova geração de acordos de livre comércio (ALCs) bilaterais e regionais abrangentes e impulsionados pela competitividade com parceiros chave.

O Comunicado Europa Global: Competindo no mundo (outubro de 2006) da CE estabelece o marco de referência para esses ambiciosos ALCs bilaterais e regionais como sendo uma questão de “atacar questões que ainda não estão prontas para discussões multilaterais”. Determina como um dos seus principais objetivos a abertura de novos mercados para empresas da UE visando o ambiente regulatório dos países em desenvolvimento, apesar dos já reconhecidos problemas que isso vai causar aos próprios esforços dos países mais pobres em busca do seu desenvolvimento. Alguns dos outros principais elementos são: a renovação da Estratégia de Acesso a Mercados da CE para se concentrar em barreiras não-tarifárias; o esboço de uma nova estratégia para assegurar um melhor acesso para as empresas da UE a grandes mercados de compras governamentais; o desenvolvimento de uma estratégia da CE para proteger os direitos da propriedade intelectual e assegurar o acesso da UE a recursos naturais, inclusive energia. A Europa Global também conecta aspectos externos a reformas internas e propõe a “harmonização” dos padrões europeus, o que pode ser interpretado como o começo de um processo de convergência com o sistema regulatório dos EUA. A consulta analisou esses objetivos com relação ao desenvolvimento, à erradicação da pobreza e seu impacto nos direitos, nos usufrutos e no sustento das mulheres. Estes aspectos foram examinados com relação às atuais negociações do comércio na Ásia, no Oriente Médio, na Ucrânia e na América Central.

As apresentações, discussões e listas de fatos<sup>8</sup> fornecem um bom apanhado dos

processos e uma análise de gênero para o impacto potencial em diferentes regiões geográficas. Interessante é que, embora as negociações estejam em diferentes estágios nessas regiões, os estudos de caso indicam muitas semelhanças com relação ao impacto que os acordos de livre comércio podem ter sobre as mulheres.

Os representantes da UE responderam às descobertas apresentadas pelos palestrantes e ao intenso questionamento dos participantes e tentaram reafirmar junto ao público o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero e os benefícios desses acordos para as regiões em desenvolvimento. As autoridades presentes expressaram sua disponibilidade para travar diálogo com a sociedade civil e algumas reconheceram a falta de uma perspectiva de gênero nas discussões do comércio e a necessidade de incorporar uma análise do impacto que o comércio tem tanto sobre os homens quanto sobre as mulheres.

O movimento das mulheres e as organizações da sociedade civil nessas regiões estão engajados, cada qual à sua forma, no processo dos acordos comerciais da UE, e as discussões conduzidas nas oficinas identificaram estratégias importantes para o envolvimento no processo de negociação. Um tema subjacente importante foi a questão das relações de poder: entre homens e mulheres, entre governos e sociedade civil, e entre Norte e Sul, Oriente e Ocidente, que destaca a necessidade de proteger os setores mais vulneráveis e os direitos das mulheres nos seus papéis produtivo e reprodutivo. Os palestrantes identificaram várias inquietações que precisam ser atendidas como: políticas de comércio e investimento entre parceiros que negociam em pé de desigualdade; políticas que ameaçam os governos no seu espaço de ação para definir suas próprias prioridades e políticas de desenvolvimento; políticas voltadas para a liberalização e a privatização

---

<sup>8</sup> Naty Bernadino, *Implicações de Gênero do Acordo de Livre Comércio entre a União Européia e a ASEAN*, Artigo WIDE; novembro de 2007. Tessa Mackenzie, *Implicações de Gênero do acordo de*

---

*associação entre a União Européia e a América Central*, Artigo WIDE, novembro de 2007. Oksana Kisselyova, *Implicações de Gênero das relações comerciais entre a União Européia e a Ucrânia*, Artigo WIDE, novembro de 2007. [www.wide-network.org](http://www.wide-network.org)

de serviços públicos que subordinam alguns deles que são essenciais aos interesses do lucro; políticas que destroem a segurança alimentar e a soberania alimentar dos povos em regiões em desenvolvimento e que constituem uma ameaça à sobrevivência dos povos; políticas que são uma ameaça aos direitos humanos básicos e aos direitos das mulheres e atrapalham a implementação dos direitos sociais globais. A consulta levou à identificação de demandas específicas para transformar as políticas de relações externas da UE em pauta para um desenvolvimento que seja sustentável e justo. Tais recomendações podem ser encontradas nesse relatório.

A consulta foi uma oportunidade para as organizações da sociedade civil do Sul, do Oriente e do Ocidente se reunirem com os formuladores de políticas e para apresentarem essas demandas. Nossa meta e esperança é que isso venha a contribuir para um diálogo construtivo que venha a embasar as políticas da UE para o comércio de forma consistente com a justiça social e de gênero e com a sustentabilidade ambiental. O relato completo da conferência se encontra em [www.wide-network.org](http://www.wide-network.org).

### Atividades da IGTN durante a Semana de Mobilização e Ação Global

A IGTN-Ásia conduziu uma oficina interativa sobre Beleza, Identidade e o Monopólio Global das Empresas de Cosméticos no Acampamento do Povo durante a Semana Global de Ação do Fórum Social Mundial em Manila, no dia 25 de janeiro de 2008.

Guiada pela obra “A sociedade do espetáculo” de Guy Debord, a atividade discutiu o papel das corporações transnacionais na venda de produtos cosméticos nas Filipinas para criar imagens de beleza e como essas imagens têm sido projetadas como reais e como uma necessidade. Os participantes falaram sobre as formas como essas projeções têm, conseqüentemente, se tornado a base sobre a qual as jovens definem sua identidade. Mais



especificamente, a oficina se concentrou na maneira como a interação de imagens de beleza, identidade e realidade têm alimentado o sistema capitalista ao transformar moças jovens em consumidoras notáveis.

As participantes também tiveram a chance de interagir com jovens vieram compartilhar o que faziam para questionar e resistir ao sistema capitalista global. Como conclusão, as participantes apresentaram obras de arte elucidando a visão que têm para uma alternativa de futuro.

Muitas regiões da IGTN conduziram atividades durante a Semana Global de Ação, inclusive o ponto focal do Brasil, que tinha uma representante em Belém do Pará. Dentre as atividades conduzidas, anunciou-se o Fórum Social Mundial de 2009, a ser realizado em Belém.

O ponto focal da IGTN no Brasil foi um dos organizadores do evento do Estado do Rio de Janeiro que se destacou por sua diversidade de atividades culturais e políticas, atraindo cerca de 10 mil pessoas.

### Conferência Anual da IAFFE de 2008

A Associação Internacional para uma Economia Feminista (IAFFE) é uma organização sem fins lucrativos que busca avançar o questionamento feminista dos assuntos econômicos e capacitar pessoas, principalmente economistas, sobre a perspectiva feminista das questões econômicas. Ela organiza uma conferência todo ano e conduz sessões durante a Conferência da ASSA - *Allied Social Science Association*. Mais detalhes em: [www.iaffe.org](http://www.iaffe.org)

### América Latina: Fórum Virtual sobre a Economia do Cuidado

Em fins de 2007, a IGTN convidou mulheres e homens de organizações sociais da região para debaterem um documento sobre a economia do cuidado e a responsabilidade do Estado. O documento foi escrito com base na pesquisa feita pela LAGTN em 6 países.

O Fórum Virtual foi desenvolvido em paralelo à 17ª Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governo (Espanha, Portugal e Países Latino-Americanos), realizada no Chile, entre 8 e 10 de novembro, com o *slogan* “Coesão Social e Políticas Sociais

para Sociedades Mais Inclusivas na Ibero-américa”. A proposta era criar um espaço de trocas em torno da maneira como os Estados da Ibero-América compreendem sua política de coesão social e aprofundam sua realização.

Em paralelo, organizações sociais da região se reuniram na Cúpula pela Amizade e Integração do Povo Ibero-Americano, como um espaço para reflexão, discussão e diálogo de atores sociais e políticos da América Latina, incluindo os da Europa através dos representantes de Espanha e Portugal.

A Cúpula dos Povos propôs atacar questões de injustiça e desigualdade social, bem como as limitações das políticas sociais na América Latina de forma a abordá-las e avançar na coordenação de ações, dando continuidade a outras Cúpulas dos Povos anteriores. Além disso, um dos objetivos era mostrar os interesses econômicos e comerciais que estão em jogo nas cúpulas governamentais.

Para tanto, foram organizados painéis temáticos com fóruns de debate e oficinas que propiciaram conclusões para o documento. Dentro desse quadro, a LAGTN introduziu o Painel: “Pela igualdade social e de gênero: A responsabilidade do Estado na provisão dos serviços básicos do cuidado”, contando com apresentações da América Latina e da Espanha.

### **Reunião do Comitê diretor da IGTN**

As coordenações regionais da IGTN vão se reunir em Roma entre 18 e 22 de fevereiro para analisarem os próximos passos de sua agenda de gênero e de comércio.

### **Agrocombustíveis – Uma chance ou uma armadilha para os países do Sul? Vivian Tavares, ponto focal da IGTN no Brasil.**

"O modelo de produção agro-industrial reflete um modelo político que submete o Sul às demandas do Norte". Philipp McMichael, da Universidade de Cornell, foi um dos palestrantes que explorou o tema dos agrocombustíveis e suas conseqüências para o desenvolvimento agrícola do Norte e do Sul, no seminário “Agrocombustíveis: Oportunidade ou Perigo”, realizado em

Berlim, entre 12 e 14 de dezembro de 2007. Com o apoio de instituições como o Instituto de Políticas para a Agricultura e o Comércio (IATP), GermanWatch e a Fundação Heinrich Böll (HBS), este encontro reuniu movimentos camponeses, assim como organizações que trabalham com o tema do meio ambiente e de consumo sobre os impactos dos agrocombustíveis e das políticas agrícolas nas diversas regiões aqui representadas.

O ponto focal da IGTN no Brasil – com o apoio da HBS – participou dessa reunião levando a perspectiva de gênero ao debate como fator essencial para a análise devido ao papel particular das mulheres na agricultura e o impacto diferenciado que recai sobre homens e mulheres na agricultura familiar.

Para assinar ou cancelar assinatura do Boletim da IGTN:  
[https://list.skbrasil.net/listinfo/igtn\\_bulletin](https://list.skbrasil.net/listinfo/igtn_bulletin)

Para ler Boletins antigos:  
[www.igtn.org/page/bulletins](http://www.igtn.org/page/bulletins)

Contato com o Secretariado da IGTN:  
Rua da Lapa, 180 salas 908/909 - Lapa  
20.021-180 Rio de Janeiro/RJ – BRAZIL  
Telefax: 55 21 2221-1182 / 2215-9510  
Escritório da IGTN em Genebra  
Marianosária Iorio; maria.rosaria@igtn.org  
Tel: 41-22-320-6889 Fax: 41-22-321-2753

Edição:  
Ruth E S de Mello, Secretariado da IGTN